

Am X auc

07\_01-88

P. 3 0

# ESTADO DE SAO PAULISTA Renovação dos mandatos eletivos 07 JAN 1988

Dão o que pensar as declarações do ministro do Exército, defendendo a tese de que, a haver eleições para a Presidência da República neste ano, o pleito deveria abranger todos os níveis, isto é, atender à conveniência de se renovarem mandatos no Congresso, nos Executivos e nas Assembleias estaduais, bem como nos municípios, para prefeituras e Câmaras. Não difere o ponto de vista exposto daquele que tem sido justificado nestas Notas, salvo na medida em que o general Leônidas Pires Gonçalves não chega a advogar abertamente a consulta às urnas, preferindo dizer que, uma vez decidida, deve ser ampla, geral. Mas para bom entendedor é quanto basta. Se quem está de fora vê o poder desagregar-se, sem ser usado ou senão pessimamente usado, e teme pelo futuro, quem está do outro lado da cerca, mencionando a renovação dos mandatos eletivos, há de perceber que a crise é profunda e somente a sentença do eleitorado terá para quem tiver de desempenhar a autoridade a sustentação indispensável à adoção de medidas heróicas, como as que cumpre perfilar no propósito de debelar os males de que ressurte o País.

Não foi à toa que o ministro Au-

reliano Chaves, avallando a conjuntura, carregada de presságios, também se referiu a eleições neste ano, estabelecendo duas condições para que fossem realizadas: a votação de um texto constitucional que emanasse de um entendimento mínimo entre os parlamentares e a atenuação das dificuldades que acometeram a economia em 1987. Ora, até pouco tempo atrás, o ministro das Minas e Energia costumava repelir liminarmente a idéia de qualquer pleito em 1988, salvo o previsto no âmbito municipal. Já o senador José Richa, cuja voz se tem manifestado reiteradamente para dar conta dos riscos que rondam a transição democrática, não esconde, em palavras divulgadas ontem, a convicção de que o País se tornará ingovernável, a curto prazo, diante da emergência de percalços gerados pela hiperinflação associada à estagnação econômica.

Como se restaurará o prestígio do poder? Como se lhe conferirá a majestade de que carece para impor a austeridade, fazer-se obedecer, no interesse da comunhão social, e rasgar aberturas para a construção de um futuro melhor? Apenas mediante a troca — ou a possibilidade de que venha a ocorrer — dos titulares da

representação popular. Todos sabem em que condições anormais de temperatura e pressão se consumou a consulta às urnas, em 1985. Pesquisas recentes atestam que o povo, chamado novamente a optar por seus mandatários, não hesitaria em modificar os critérios de escolha a que se afeioou naquele ano — e provavelmente acertaria mais, desta vez. Resta saber se senadores e deputados, que detêm a prerrogativa de dispor sobre a convocação de eleições gerais, terão o desprendimento necessário a enfrentar o teste da aprovação popular e determinar que sejam cumpridas. Será fácil constatar que, repelindo as urnas, ficarão em débito irresgatável com os eleitores; aceitando-as, se socorrerão com sólidas possibilidades de retorno. E terão dado a melhor prova de seu patriotismo, fazendo saber que não receiam o julgamento do povo, seguramente por guardá-lo com a consciência tranqüila.

Se houver mudança nas regras do jogo político, o mais coerente é que haja eleições gerais, afirmou o ministro do Exército. Quem ousaria contestar essa opinião insuspeita? Ao general Leônidas Pires Gonçalves, que vê o panorama nacional de

um ângulo privilegiado, a que poucos observadores têm acesso, não faltarão boas razões para pronunciar-se dessa forma, afinando por um diapasão que é o mesmo de todos os que vêem acumular-se nuvens negras no horizonte e sabem que para evitar que a tempestade faça vítimas não basta torcer ou rezar. Há que abrigar-se e encontrar meios de impedir que a precipitação, volumosa, cause danos maiores. O agravamento das enfermidades de que padece a economia parece fatal. Só com medidas impopulares se dominará a inflação, porém o governo é avesso a qualquer providência que piore ainda mais seus maus ibopes. A estagnação está aí, à vista de todos. O barril de pólvora montado ao longo dos últimos anos de desgoverno explodirá, certamente, a menos que se apague o estopim, que é político, não é econômico, oferecendo à Nação a oportunidade de prover-se de novos governantes e de novos legisladores. Não há alternativa: ou se lhes facilita a ascensão ou os atuais correm sério risco, iminente, de se ver aliados, a contragosto, das funções que exercem. Não seria melhor, para todos, a saída propiciada pela perspectiva da renovação consentida?